

Brasília-DF

DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Denise Rothenburg/CB/D.A. Press



O chamado

A única chance de os ministros saírem ainda este ano é se houver uma definição em torno de uma candidatura do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas — que prestigiou o lançamento da federação que une o PP e o União Brasil (foto). O União Progressista, poderoso em número de deputados e senadores, pretende definir um candidato ao Palácio do Planalto até o final do ano. A ideia é insistir numa candidatura de Tarcísio, que só pode sair se receber o apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro, considerado a maior incógnita no cenário.

O tempo é senhor da razão

No governo, a avaliação é de que, se Lula melhorar sua performance nas pesquisas, União Brasil e PP racham, com uma parcela expressiva voltada à reeleição do presidente da República. Fufuca, por exemplo, tem dito que seu voto é de Lula. Aliás, no evento do União Progressista, o ministro do Esporte fez “cara de paisagem” ao discurso dos opositoristas e nem se juntou aos aplausos daqueles que defenderam uma postura de oposição — leiam-se o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, e ACM Neto.

Ruptura

Para aliados do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), cassar seu mandato é romper, de vez, relações diplomáticas com os Estados Unidos. Os parlamentares que apoiam o parlamentar afirmam que se a Câmara cassar o filho 03, será uma demonstração de perseguição política igual a que acusam o Judiciário de fazer ao ex-presidente.

Um prazo para dois

Pelo menos dois ministros do governo Lula vão receber um ultimato para deixar o governo no final do ano. André Fufuca, do Esporte, filiado ao Progressistas, e Celso Sabino, do Turismo, que integra a bancada do União Brasil. Porém, como política não é matemática, há um grupo interessado em permanecer no governo, especialmente

por causa das emendas. Esporte e Turismo agregam grande contingente e podem auxiliar a imensa bancada do União Progressista, de 109 deputados, a mostrar serviço junto ao eleitor. Diante dessa perspectiva, a ideia é deixar que tanto Fufuca quanto Sabino só saiam do governo no prazo de desincompatibilização, em abril.



Discurso para o empresariado

Parlamentares do PL querem separar as estações tarifaço e Alexandre de Moraes. A ideia é resgatar o apoio empresarial, dizendo que Eduardo Bolsonaro não foi aos Estados Unidos para pedir o tarifaço ao presidente Donald Trump, mas sim trabalhar pela sanção ao ministro do Supremo Tribunal Federal. Tentarão emplacar a história de que a culpa pelo tarifaço é da aproximação do Brasil com rivais econômicos dos EUA, em especial a China e o Irã.

A onda da hora

O governo planeja enviar amanhã o projeto sobre regulamentação das redes sociais ao Congresso. A ideia é aproveitar o clima gerado pelo PL 2.628/22, de autoria do senador Alessandro Vieira (MDB-SE), que trata da adultização de crianças nas redes. Assim, avalia o Executivo, a população pode até apoiar uma regulação mais ampla das plataformas.

CURTIDAS

O nome da Paraíba/ O senador Efraim Filho (União-PB) recebeu quase que a confirmação do presidente do partido, Antônio Rueda, de que será o candidato ao governo do estado em 2026 pela federação União Progressista. Nos bastidores é dito que a posição de Efraim na oposição lhe deu vantagem, já que Aguiinaldo Ribeiro (PP-PB) praticamente compõe a base do governo Lula na Câmara dos Deputados. É dito ainda que não há espaço para os dois na corrida.

Veja bem/ Com a perspectiva de concorrer novamente à Presidência da Câmara, o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) tende a ser candidato à reeleição. Ou seja, não será empecilho a uma candidatura do União Brasil ao governo estadual.

O nome do DF/ Na formalização da federação União Progressista, o governador Ibaneis Rocha — único nome do MDB presente — anunciou que sua candidata ao Palácio do Buriti, em 2026, é sua vice, Celina Leão (PP). Representa que começou a pavimentar a estrada rumo ao Senado pelo DF, nas eleições do próximo ano.

Nordeste sai na frente/ O governo de Alagoas firmou a primeira cooperação binacional contra a adultização. Wendel Palhares, secretário de Comunicação do Governo Paulo Dantas, acertou parceria de trabalho entre a Secom alagoana e a Office of Communications (Ofcom), a agência reguladora do governo britânico responsável por supervisionar a segurança on-line.

Prioridade às crianças/ Os objetivos centrais da parceria são proteger crianças e adolescentes na internet e combater a desinformação. A Ofcom criou regras para que redes sociais e plataformas digitais protejam usuários de conteúdos ilegais e nocivos, como abusos, golpes e desinformação.

Colaborou Victor Correa

JUDICIÁRIO

Incerteza custa R\$ 42 bi a bancos

Flávio Dino reforça que leis estrangeiras não têm validade no Brasil. Instituições têm dúvidas sobre como agir no caso da Magnitsky

» FABIO GRECCHI

Fellipe Sampaio/STF



Segundo o ministro, para a Magnitsky ter algum alcance no Brasil tem de ser homologada pelo Supremo

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, proferiu despacho ontem no qual esclarece pontos da sua decisão da véspera sobre a impossibilidade de aplicar lei de outros países ao Brasil. Mas isso não foi capaz de acalmar os bancos nacionais ou que operam no setor interno, cujas ações derreteram no fechamento do Ibovespa. Itaú, Santander, Bradesco, Banco do Brasil e BTG Pactual perderam, juntos, em torno de R\$ 42 bilhões em valor de mercado.

O que preocupa as instituições é um trecho da decisão de Dino sobre o alcance da Lei Magnitsky — pela qual o governo dos Estados Unidos sanciona agentes de regimes autoritários, indivíduos envolvidos em corrupção, líderes de organizações criminosas, militares e oficiais de segurança e empresas e entidades envolvidas em crimes transnacionais. Embora sem citá-la, segundo o ministro “transações, operações, cancelamentos de contratos, bloqueios de ativos, transferências para o exterior (ou oriundas do exterior) por determinação de Estado estrangeiro” dependem de autorização do STF.

Como alguns dos principais bancos brasileiros têm filiais nos Estados Unidos, há um conflito legal relacionado a investimentos e produtos — cartões de crédito, por exemplo. Como as principais bandeiras são de origem norte-americana, paira a incerteza sobre a aplicação da suspensão do acesso a elas, no Brasil, ao ministro Alexandre de Moraes, devido à sanção a ele imposta pelo governo de Donald Trump.

As instituições brasileiras tendem a suspender os cartões emitidos em nome do magistrado para que não sofram punições de Washington. Em situação-limite, caso descumpram a determinação

do governo norte-americano, os bancos podem ter a permissão para operar no mercado dos EUA suspensa. O funcionamento no país é burocrático e submetido ao controle de organismos, como Federal Reserve (Fed, principal regulador federal para a maioria das operações das instituições não norte-americanas), Office of the Comptroller of the Currency (OCC, que concede e supervisiona as licenças para filiais e agências com autorização federal) Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC, responsável por garantir os depósitos de clientes) e entidades estaduais de regulação (por

serem os EUA uma confederação, cada unidade tem seu próprio órgão de acompanhamento, que licencia e supervisiona as operações dentro de sua jurisdição).

Na decisão de segunda-feira, o ministro deixa claro que uma lei como a Magnitsky não vale no Brasil. “Trata-se de decisão que reitera conceitos básicos e seculares, destinada a proteger o Brasil — abrangendo suas empresas e cidadãos — de indevidas ingerências estrangeiras no nosso território. Ademais, a decisão atende a imperativos elementares de segurança jurídica, pois seria inviável a

prática de atos jurídicos no Brasil se — a qualquer momento — uma lei ou decisão judicial estrangeira, emanada de algum país dentre as centenas existentes, pudesse ser imposta no território pátrio. Obviamente não se cuida de ‘escolher o que cumprir’, e sim de uma derivação compulsória do atributo da soberania nacional, consagrado pela Constituição Federal e posto sob a guarda dos Três Poderes da República”. A manifestação de Dino foi no âmbito de uma ação movida pelo Instituto Brasileiro de Moinação (Ibram) contra contratos firmados entre escritórios de



Transações, operações, cancelamentos de contratos, bloqueios de ativos, transferências para o exterior (ou oriundas do exterior) por determinação de Estado estrangeiro [dependem de autorização do STF]”

Trecho da decisão do ministro Flávio Dino que deixa as instituições financeiras em impasse sobre qual lei devem atender

advocacia do Reino Unido e municípios brasileiros.

Ao esclarecer sua decisão, o ministro frisa que sobre a aplicação ou validade leis estrangeiras no Brasil nada há nada a esclarecer. “Em relação aos aspectos atinentes a leis estrangeiras e demais atos jurídicos estrangeiros, nada há a adicionar a título de esclarecimento, permanecendo íntegra a decisão proferida em 18 de agosto”, afirmou. Segundo Dino, tribunais internacionais, como a Corte Interamericana de Direitos Humanos ou o Tribunal Penal Internacional, não estão incluídos na decisão.

Zambelli fica no presídio

» DANANDRA ROCHA

O Tribunal de Apelações de Roma decidiu manter a prisão cautelar da deputada licenciada Carla Zambelli (PL-SP), que está no presídio Germana Stefanini, que é parte do complexo penitenciário de Rebibbia, em Roma. A defesa havia solicitado a substituição da medida por prisão domiciliar, mas o pedido foi negado após análise do colegiado, conforme a nota da Advocacia-Geral da União publicada ontem. A decisão é de 15 de agosto.

Os advogados da parlamentar questionavam a validade do procedimento sob três pontos: a inexistência de um mandato internacional legítimo; a ausência de solicitação formal de extradição pelo Brasil; e a alegação de que o cárcere não ofereceria condições adequadas diante de problemas de saúde. Nenhum desses argumentos foi aceito pela Justiça italiana.

No entendimento da Corte, a prisão de Carla em Roma foi correta, já que se baseou em mandado expedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e divulgado internacionalmente por meio de uma Difusão Vermelha da Interpol. Os magistrados ressaltaram que esse instrumento tem respaldo em diversos tratados, incluindo o acordo de extradição firmado entre Brasil e Itália.

Embora o tribunal tenha confirmado a prisão preventiva, a análise sobre as condições de saúde da deputada permanece em aberto. Foi determinada uma perícia médica oficial. O laudo será levado a uma nova audiência, dia 27, quando os juízes decidirão se há justificativa para a transferência de Carla para regime domiciliar.